

SESSÕES DO PLENÁRIO

54ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de maio de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO PEDRO TAVARES (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Neusa Cadore comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 19/05/2015.

Do Deputado Jurandy Oliveira comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão

do dia 20/05/2015.

Do Deputado Rogério Andrade comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 22/04/2015.

Do Deputado Joseildo Ramos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 19/05/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Submeto ao Plenário as atas das seguintes sessões: ordinárias – 35ª, 45ª, 48ª e 49ª, realizadas, respectivamente, em 15 de abril, 11, 14 e 18 de maio de 2015; especiais – 10ª, 12ª (itinerante em Santo Antônio de Jesus), 13ª, 15ª, 16ª e 17ª, realizadas, respectivamente, em 30 de abril, 07, 08, 14, 15 e 18 de maio de 2015.

Em votação as atas que acabam de ser lidas. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o legítimo representante de Vitória da Conquista, deputado Herzem Gusmão, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas da imprensa, presentes às Galerias, na reunião da Comissão de Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público da última terça-feira fizemos um pleito importantíssimo para a Região Sudoeste: solicitamos uma audiência pública aqui, em Salvador. Eu acatei as ponderações do presidente da Comissão, deputado Eduardo Salles, para que não fizesse lá, na região, mas, sim, aqui. E apresentei a proposta dessa audiência pública, visando à implantação de um curso de Odontologia na UESB, em Vitória da Conquista, que já conta uma estrutura razoável, com gabinetes odontológicos, um espaço para mais oito gabinetes; e o curso de Veterinária na Cidade de Itapetinga.

Sinto uma certa resistência. Contudo, quero agradecer pelo empenho e a atuação ao presidente da Comissão, deputado Eduardo Salles, que deixou com toda a clareza a importância da realização dessa audiência pública.

Contamos com o apoio do deputado Bira Corôa, do PT, a quem quero agradecer. Conteï, também, e conto, com o apoio – a Região Sudoeste agradece – dos deputados Carlos Ubaldino e Vando.

No momento, foi solicitado uma revisão de quórum, por uma certa má vontade para com as cidades de Vitória da Conquista e Itapetinga. Interessante é que nesse mesmo dia, nessa mesma reunião, foi apenas um detalhe de data, houve os pedidos de três audiências públicas, pleitos que não foram contestados: uma para a implantação da Universidade Federal da Chapada Diamantina; outra para a implantação

de campi da Uneb no Subúrbio e em Cajazeiras; e o terceiro para a implantação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia, que tenho certeza que sairá.

Ora, não ocorreu nenhum questionamento em relação a essas audiências.

Quanto ao simples pedido para fazermos uma audiência pública em defesa da implantação de um curso de odontologia em Conquista e um curso de veterinária em Itapetinga, aí, sim, houve uma resistência exatamente por parte do Líder do PT, o deputado Rosemberg, votado naquela região. Esperamos que o deputado Rosemberg possa rever os seus conceitos acerca desta audiência pública, a fim de que a mesma seja realizada em benefício de Vitória da Conquista e, também, de Itapetinga.

Há, aproximadamente, quase 40 anos, lembro-me muito bem, Itapetinga tem uma tradição, pois a cidade agoniza com o problema econômico. A Calçados Azaleia do Nordeste S/A – Itapetinga – possuía um quadro de quase 20 mil funcionários que foi reduzido para, apenas, 4,5 mil.

E o curso de veterinária trará benefícios para Itapetinga por ser uma cidade de tradição, uma vez que promoveu a primeira inseminação artificial de uma novilha em todo o Nordeste do Brasil.

Em relação ao nosso pleito, possivelmente hoje à tarde, protocolaremos um convite oficial nos gabinetes dos deputados. Um convite será para o deputado e professor José Raimundo, oriundo da UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –, pois ele é professor licenciado e conhece as carências da região. O outro convite irá, também, para o deputado Fabrício. Ambos os dois, mesmo não integrantes da referida comissão, já são, de antemão, convidados para fazermos coro, a fim de que Vitória da Conquista e Itapetinga possam ser contempladas em seus pleitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado José de Arimatéia, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, TV Assembleia, tivemos, hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, uma reunião muito proveitosa quando aprovamos alguns encaminhamentos. E, aqui, gostaria de falar do assunto uma vez que enviarei correspondência aos Srs. Deputados, componentes da Comissão de Defesa do Consumidor.

Teremos, na próxima semana, uma audiência pública com as operadoras Claro, Tim, Oi e Vivo, porque precisamos de algumas informações da parte delas; principalmente no que diz respeito à questão da expansão da Claro em alguns municípios da Bahia. Segundo informações que temos, a Claro é a responsável pela expansão. No entanto, há municípios e distritos em que o sinal não está chegando e

suas populações reclamam assim como quanto às informações sobre as tarifas também.

Então, em 3 de junho de 2015, uma quarta-feira, estaremos na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho para uma audiência previamente agendada. Já recebemos a confirmação da presença da Oi. Falta a confirmação das outras operadoras. Esperamos que esta audiência seja realizada.

Em 10 de junho de 2015, uma quarta-feira, teremos uma audiência pública com os representantes da Embasa. Há um mês, encaminhamos à Embasa um ofício em relação àquela adutora que estourou e causou grandes transtornos para a população. Incluímos, no ofício encaminhado, o pedido de isenção da tarifa da Embasa para os moradores atingidos naquele incidente.

Porém, a resposta, ainda, não chegou à Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho. Além disso, há a questão dos aumentos nas tarifas, o que tem acarretado transtorno, principalmente financeiro, na vida de muitas pessoas. Há a questão, também, das ligações feitas pela Embasa em alguns municípios e, no entanto, os esgotos permanecem a céu aberto.

Por conseguinte, a Embasa precisa prestar todas essas explicações à Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

Então, esta audiência será muito importante não só para os deputados, que compõem a comissão, como também para os demais deputados desta Casa como um todo, porque todos sabem dos problemas e dos transtornos causados pela Embasa aos seus consumidores e, por consequência, às vidas dos consumidores.

Aprovamos, também, Sr. Presidente, a ida da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho a Brasília, a fim de ter uma reunião com os representantes da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica. Pois é. Nós vamos à agenda. Estamos esperando, somente, a confirmação da data da reunião e eles confirmarão a mesma com a nossa comissão.

Por quê? Porque nós tivemos, no mês passado, uma audiência pública. E, aqui, nós convidamos a Coelba e o Procon. Essas entidades estiveram presentes. Convidamos a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica – e eles não compareceram. Eles mandaram um ofício que está aqui. Eu recebi um ofício agora, em 14 de maio, onde eles diziam que, devido às informações terem chegado muito próximo à data da audiência marcada, eles não puderam estar presentes nem puderam mandar um representante.

Então, se eles não vieram aqui, nós vamos lá! Observem, segundo as informações obtidas, a Aneel não vai a nenhum convite feito. Inclusive, os representantes do Procon fizeram esta reclamação. E não podemos ficar de braços cruzados. Nós queremos saber a veracidade desses aumentos, principalmente com respeito à tarifa da energia elétrica que está, também, sufocando o consumidor.

Então, Sr. Presidente, nós tivemos, na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, esses encaminhamentos.

Recebemos, também, reclamações com respeito às tarifas de estacionamento dos shoppings de Salvador. Aliás, as reclamações desse mesmo problema chegaram de todo o Estado da Bahia. E nós sabemos que, com relação às tarifas de estacionamento, cabe ao município mensurar. Mesmo assim, nós acompanharemos o encaminhamento e os acontecimentos com respeito ao problema das tarifas de estacionamento.

Por isso, Sr. Presidente, desde já, quero, aqui, agradecer e, mais uma vez, pedir aos Srs. Deputados os seus comparecimentos à nossa comissão na próxima semana, porque nós receberemos os representantes das operadoras de telefonia celular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, a “musa” da política de Camaçari, a deputada Luiza Maia. (Risos e aplausos.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, muito obrigada pelo termo “musa”.

Sr. Presidente, meu querido jornalista Tarso Franco ali presente e todos os que estão aqui nesta sessão, gostaria de fazer um registro de muita alegria. Ontem, nós derrotamos o retrocesso na Câmara Federal. Então, quero dizer, aqui, que vale a pena a luta, vale a pena continuar fazendo a pressão, vale a pena continuar ligando para todos os deputados. Nós montamos uma equipe para fazer isso e para dizer a eles que o povo da Bahia não aceitava uma reforma política naqueles moldes.

E a gente viu que está dando certo. Derrotamos o distritão! Derrotamos o financiamento empresarial. E, agora, deputada Fabíola, nós queremos fazer a pressão – não sei se vota hoje, pois ainda não tive notícias ainda de lá e, também, não tive tempo de ver – em relação ao quantitativo de 30% de vagas para as mulheres nas eleições. Parece que entraram em um consenso para o quantitativo de 20% de mulheres. Bem, não importa. Nós temos de continuar a fazer a nossa campanha no twitter, no Facebook, nos sites, nos telefones, nos torpedos, na lista dos telefones dos deputados federais para eles sentirem, realmente, que não é isso o que o povo quer.

Quanto a esta reforma política, se a mesma fosse aprovada nos moldes que eles estavam apresentando, seria um retrocesso muito grande para o nosso País e para a democracia. Então, viva a nossa luta! Vamos continuar a campanha, aí, nas ruas, nas redes e em todo os cantos possíveis!

Mas quero, também, Sr. Presidente, registrar que, hoje, na Comissão Direitos da Mulher, esteve presente Olívia Santana, secretária estadual de Políticas para as Mulheres, a fim de apresentar o seu plano estratégico. Fiquei contente por um lado e um pouco triste por outro em função do tamanho do orçamento destinado para esta secretaria.

É importante reafirmar que, hoje, nós, mulheres, somos mais de 52% da

população. E esta Casa precisa nos ajudar a sensibilizar o nosso governador e o nosso secretário para ampliarem um pouco o orçamento da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres.

Gostaria de dizer, também, que queremos fazer um apelo aos prefeitos, pois todos eles, em seus municípios, têm os seus deputados e as suas bases. Peço a discussão deste tema nos municípios entre os prefeitos e a coletividade, a fim de assinarem o pacto pelo fim da violência contra a mulher. Isso é importante.

Segundo a nossa secretária estadual de Políticas para as Mulheres, temos, apenas, 70 municípios que assinaram o pacto pelo fim da violência contra a mulher. Temos visto, aí, todos os dias, nas páginas dos jornais, como a história de violência contra a mulher continua e cresce diariamente. Temos, apenas, 38 municípios que possuem órgãos ou espaços onde se discutem as questões das mulheres.

Temos, aqui, um projeto de resolução que, agora, não é só de minha autoria e, sim, de toda a bancada feminina desta Assembleia Legislativa. O pedido é para ser criada a Medalha Ana Montenegro tanto para homenagear essa feminista até o último dia de sua vida, como também para homenagear os prefeitos que criarem espaços para discutir as questões das mulheres, que implementarem políticas públicas em seus municípios, que ajudarem no enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres.

Também, gostaria de dizer que temos, apenas, 15 unidades de Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM. Esta é uma outra solicitação, pois nós já a fizemos, de forma organizada, para o nosso governador e precisamos que ele dê uma resposta ao Movimento de Mulheres em Luta – MML – e a esta Casa.

Sr. Presidente, quero falar, também, sobre algumas notícias que li nos jornais acerca da decisão do Tribunal de Justiça ao anular a decisão que devolveu as 5 crianças à mãe biológica em Monte Santo, aqui na Bahia. Realmente fiquei assustada com essa decisão.

O caso das crianças de Monte Santo ganhou repercussões nacional e internacional.

O juiz voltou para Monte Santo e ele afirma, como eu também, pelo acompanhamento das investigações na CPI, que aquelas crianças foram vendidas para o tráfico, mais precisamente a Carmen Topschall. Este é o nome da mulher associada ao tráfico. Reconheço ser este um nome difícil de se pronunciar inclusive. No entanto, todo mundo sabe do envolvimento dela com a questão da venda do ser humano.

Precisamos ter cuidado e ficar atentos. Não é por se tratar de uma pessoa pobre que não tem o direito de criar os seus filhos. Aquelas crianças foram retiradas do seio da mãe de uma forma grosseira e estúpida. E esta questão não pode voltar. Estão dizendo que as mães biológicas entrarão com uma questão pedindo para que as crianças sejam adotadas de novo. As pessoas interessadas deverão procurar por crianças no Cadastro Nacional de Adoção e não fazer a estupidez que fizeram com aquela família de Monte Santo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a nobre deputada Fabíola Mansur, que desfilará a sua graça na tribuna da Assembleia Legislativa.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente Carlos Geilson, quero saber o que lhe inspira tamanha poesia e gentileza para com as mulheres. (Risos) Estou com ciúmes da deputada Luiza Maia, pois ela é a musa de Camaçari. Estava esperando, no mínimo, alguma coisa semelhante. É sempre bom suceder à deputada Luiza Maia na tribuna. Para mim, como presidente da Comissão Direitos da Mulher, a deputada Luiza Maia economiza o tempo todo da gente aqui ao dar o relatório dos encaminhamentos.

Contudo, é bom reforçar, além do que Luiza Maia falou, sobre a importância de termos a visita de Olívia Santana, secretária estadual de Políticas para as Mulheres, no intuito de robustecer a nossa preocupação. Entendemos o compromisso do governador Rui Costa. Também, entendemos a dicotomia entre a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres e o déficit orçamentário, em torno de R\$ 5 milhões, para as ações da mesma secretaria.

Deputados Herzem Gusmão e Joseildo Ramos, sabe-se da existência de convênios. E, para esses convênios, é necessário acionarmos a nossa bancada federal – a de deputados e a de senadores – a fim de ajudar a secretária Olívia a promover políticas para as mulheres, pois, hoje, são 7,5 milhões de baianas. Entendemos se fazer necessária a transversalidade, e ali, como já foi dito pela deputada Luiza Maia, temos uma série de missões para fazer.

Fico muito feliz que tenhamos aprovado, através da Mesa Diretora, um indicativo para o governador Rui Costa para que promova um projeto de lei, e envie a esta Casa, do Fundo Estadual de Combate à Violência contra a Mulher sem contingenciamentos. E é necessário porque sem isso não tiraremos a Bahia do segundo lugar em índices de violência. A Mesa Diretora aprovou exatamente hoje, e também aprovou um projeto de indicação para a nomeação de mulheres, num percentual a ser especificado, e nós desejamos que seja 30% dos cargos de livre nomeação direta e indireta desta Casa, deputado Joseildo. Isso é muito importante.

Amanhã se comemora o Dia de Ação pela Saúde da Mulher e o Dia da Redução da Mortalidade Materna. Em conjunto com a Comissão de Mulheres da Câmara Municipal do Salvador, teremos uma sessão especial conjunta. Estaremos lá envidando esforços para diminuir também, deputado Prisco, os índices de morte materna em nosso Estado. Sei do compromisso do secretário Fábio Vilas Boas, do presidente do Cozemes que, numa reunião recente, definiu a formatação da rede de casas de parto, a ampliação do número de UTIs neonatal e a capacitação de pediatras para os primeiros cuidados de emergência dos bebês. Também houve a definição do Hospital João Batista Caribé como maternidade para parto de risco habitual,

determinando o José Maria de Magalhães como maternidade de partos de alto risco. Assim como o SAMU deverá fazer esforços para fazer o transporte inter-hospitalar materno-infantil.

Temos que mudar a realidade de mães que estão morrendo, parindo nas ruas, nas ambulâncias. Só o compromisso desta Casa Legislativa, junto com as Secretarias da Mulher e da Saúde, com os movimentos sociais e conselhos estaduais, poderemos efetivamente comemorar o dia 28 do próximo ano, como o ano que teremos reduzido o número de óbitos por 100 mil habitantes.

Finalizando, ainda, deputado Reinaldo Braga, nosso querido mestre decano, está ali o deputado Herzem Gusmão, que também nos acompanhará na visita itinerante e audiência pública que faremos na região de Irecê, com seus 20 municípios, junto com os secretários municipais, prefeitos, conselhos e vereadores. Será uma comitiva de cinco deputados, Herzem Gusmão, Reinaldo Braga, Manassés, Alex da Piatã e eu, ouviremos e encaminharemos os pleitos. Estará lá falando a Dr^a Ana Cássia, ex-coordenadora da Dires, o presidente do Cozemes, Dr. Raul Molina, e também representando a Sesab, Dr. Rodrigues. Lá encaminharemos não só a pauta dos consórcios e policlínica que queremos levar para a cidade de Irecê e região, como também a necessidade da ampliação de leitos de alta complexidade, instalação e contratualização de leitos de UTI na rede privada, a questão da hemodiálise e tantas outras coisas que surgirão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): - Para concluir, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Concluindo, Sr. Presidente, com a sua vênua, nobre deputado, a voz mais bonita desta Assembleia Legislativa da Bahia, a voz do povo de Feira de Santana, quero dizer que esse convite está extensivo a todos os deputados que militam naquela área, os deputados Joseildo, Zé Neto e Rosemberg. É sempre uma dica que fica, quando você quiser estender um pouco o prazo da sua fala na tribuna, e o deputado Carlos Geilson estiver na presidência, basta que lhe retribua um grande elogio, com esse riso maravilhoso ele nos deixa falar um pouco mais.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- A presidência não poderia ser tão radical no cumprimento do tempo depois de elogio assim tão gracioso.

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Fábio Loureiro Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr^{as} e Srs. Deputados, presidente e deputado estadual mais elogiado pela ala feminina desta Casa, Carlos Geilson, Imprensa, deputados e deputadas, venho à tribuna, na tarde de hoje, reforçar a preocupação colocada no pronunciamento pelo deputado Herzem Gusmão.

A cidade de Itapetinga passa realmente por uma situação muito grave no que tange à questão dos empregos e à situação econômica do município, porque a região,

tempos atrás, possuía quase 20.000 empregos originários da empresa Azaleia. Hoje, a empresa gera de 4 a 5.000 empregos. Imaginem, deputados Herzem Gusmão e Rosemberg, V.Ex^{as} que são deputados da região, o que isso ocasiona em toda macrorregião, porque quando falo em Itapetinga, falo de toda a região, a perda de quase 15.000 empregos diretos, fora os empregos indiretos gerados pela atividade econômica de uma empresa como a Azaleia.

Vejo, aqui na Bahia, discutindo-se a atração de empresas há 3, 4 anos como é o caso da Jac Motors. E eu queria dar uma sugestão ao governo para que, efetivamente, se dedique a manter a Azaleia na Bahia para que essa empresa possa num futuro próximo... Sabemos, deputados Herzem Gusmão e Rosemberg, que hoje nós temos, na área calçadista, uma concorrência muito grande com a China e isso vem afetando todo o setor calçadista não só da Bahia, mas de todo o Brasil. Mas eu acho que é válido o esforço, de todos os deputados que representam a região de Itapetinga nesta Casa, em lutar para fortalecer aquela empresa tão importante naquela região.

O deputado Herzem, com muita propriedade, traz essa discussão, esse debate para esta Casa, um debate importante, uma discussão que tange à questão da situação econômica de uma região e traz também outras questões importantes para o município de Itapetinga. V.Ex^a, deputado Herzem, colocou aqui o sonho daquela região com a faculdade de Veterinária e eu concordo com V.Ex^a. Faço política, há alguns mandatos, na região de Itapetinga e é um sonho antigo o curso de Veterinária naquela cidade. Também é um sonho antigo, sabemos disso, o curso de Odontologia em Vitória da Conquista, como a faculdade de Medicina foi um sonho antigo, que, graças a Deus, o nosso grupo político na época conseguiu levar para Vitória da Conquista. Hoje é um sonho também que aquela cidade tenha um curso de Odontologia, um curso tão importante para toda aquela macrorregião.

V.Ex^a traz aqui questões importantes para a região de Vitória da Conquista, Itapetinga. Não iria falar sobre esse tema hoje, deputado Herzem Gusmão, viria a esta tribuna para cobrar, deputado Luciano, do superintendente do Detran as respostas aos requerimentos feitos pela bancada de Oposição solicitando esclarecimentos em relação ao aumento das tarifas do Detran, que aconteceu há dois meses. E também prestar esclarecimentos sobre os critérios das concessões das empresas que fazem a vistoria.

Já fazem quase dois meses e não recebemos essa resposta. Acho que esta Casa tem que se dar ao respeito, tem que ser respeitada e os secretários têm que, efetivamente, atender aos chamamentos desta Casa e responder de forma adequada os requerimentos feitos pelos deputados e pela oposição.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde, Sr^{as} e Srs. Deputados, gostaria de dedicar esses breves cinco minutos para tratar de um tema que já foi muito falado aqui nesta Assembleia este ano. Sexta-feira, fui visitar o estaleiro do Paraguaçu que se localiza na Baía de Todos os Santos, entre os municípios de Salinas das Margaridas e Maragogipe. Fui acompanhar a audiência pública da Comissão do Trabalho da Câmara Federal, juntamente com a deputada estadual Fabíola Mansur, o deputado federal Bebeto e, também, o deputado federal Jorge Solla e o ex-deputado federal Luís Alberto.

Ontem, o deputado Rosemberg Pinto fez um longo discurso tratando da questão da Petrobras, exatamente a questão do estaleiro. O que trago aqui, hoje, no meu discurso, é que depois de visitar as instalações, fiquei surpreso, deputado Reinaldo Braga, quando foi feita uma apresentação do gerente do estaleiro mostrando que 82% da estrutura está concluída, 2,7 bilhões de dólares investidos naquele empreendimento. Quando ouvimos uma quantia dessa monta, não imaginamos o que são 2,7 bilhões de dólares. Eu vi, existe um guindaste lá, deputado Joseildo, o Golias, de 150 metros de altura, um negócio absurdo. Tudo o que foi investido, tudo que foi gasto, torna-se pequeno comparado à expectativa do povo daquela região.

O que me chamou mais a atenção não foi somente aquela enormidade da construção civil. Logo após a visita, fizemos uma audiência pública no município de Salinas das Margaridas com membros de toda a sociedade, de toda a região presentes. Depois dos discursos dos deputados e dos prefeitos presentes, abriu-se a palavra para as pessoas da comunidade. Pessoas chorando, deputado Joseildo, os filhos dessas pessoas eram pescadores, a maior parte desempregada, tiveram curso de torneiro mecânico, soldador, todos aqueles cursos que serviram para a construção daquela enormidade, que é o Estaleiro Enseada do Paraguaçu. Eles voltaram para suas casas, voltaram a ser pescadores, voltaram para o desemprego, para o desamparo de toda a vida. Inúmeros comerciantes, desde o dono do menor mercadinho até comerciantes maiores que montaram grandes estruturas nas cidades da região, donos de pequenas pousadas e donos de hotéis. O desastre foi igual para todos.

A esperança cultivada naquele povo, aquele povo que nunca pensou em ter uma oportunidade como aconteceu. Ouvimos falar na região e ouvimos falar também nos meios de comunicação, e até há uma afirmativa do governador Rui Costa hoje dizendo que a culpa é da Justiça, que a empresa não pode pagar pelo desmando de poucos funcionários. Não é bem assim. O problema é financeiro, estão faltando mais de 4,5 bilhões para a conclusão da obra e para a atividade da obra. Temos que pensar no dinheiro e nos desmandos que gerou a falta desse dinheiro.

Quero bater na tecla, deputados Joseildo Ramos e Rosemberg Pinto, na expectativa que foi criada no povo da região, os sonhos foram destruídos e as vidas que foram desfeitas. Vamos nos atentar a essa questão e dedicar boa parte dos nossos trabalhos aqui no plenário para reerguer o Estaleiro do Paraguaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna neste momento é o teor de uma indicação que farei ao governo estadual para trabalhar a perspectiva de colocar à disposição da Uneb, essa grande Universidade Estadual da Bahia, boa parte das instalações dos prédios daqueles órgãos que foram objeto de alterações, através da reforma administrativa recentemente encaminhada pelo governador Rui Costa.

A Uneb tem em alguns lugares instalações locadas, existem terrenos, propriedades rurais que podem muito bem-estar à disposição. Faremos uma indicação com esse fim mesmo por que conversamos com o secretário Góes, da Saeb, acerca desse interesse da Uneb após conversarmos com José Bites, que é o seu Reitor.

O outro assunto que reputo de maior importância foi o que aconteceu ontem na Câmara Federal. E olhem que na votação da chamada reforma eleitoral, que não é reforma política, não se aprofundou a tanto, fica claro que no Congresso que aí está nenhuma fórmula, nenhuma formulação atenderá em cheio qualquer grupo que ali esteja representado, isso é fato. Entretanto, tinha uma comissão especial que foi formada para tratar da matéria e já tinha o relatório de um membro, o relator do PMDB, Marcelo Castro, do Piauí, e lá ele dizia que o voto majoritário na direção do parlamento brasileiro, o chamado distritão, criaria uma crise de representatividade jamais vista junto a um parlamento brasileiro.

A fulanização, a personalização completa da política nacional, a fragilização dos partidos, das ideias, dos projetos, dos matizes ideológicas mas acentuaria os mercadores de voto. Estariam em evidência aqueles que se utilizam das pequenas siglas pra fazer negócios nas eleições. A mais completa obra de fulanização da política nacional afastando ainda mais o já tão distante parlamento brasileiro que sub-representa na sua inteireza o que é a sociedade brasileira, uma pena. E também seria votado, pasmem os senhores, o financiamento empresarial das campanhas. Ora, se boa parte dos membros do Parlamento brasileiro, nos seus 3 níveis – desde as câmaras de vereadores até a Câmara federal – representa tão somente o lobby que lhe financiou a campanha...

O lobby é um perigo para a consolidação da nossa jovem democracia. Mas um dado alentador, apesar da manobra espúria do presidente da Câmara federal, que, rasgando por completo o Regimento Interno – e aí mora perigo –, puxou o tapete e levou para Plenário uma decisão de que já havia relatório específico, fruto de um trabalho exaustivo daquela comissão especial feita para tratar da matéria: essa manobra fez água, afundou, porque os membros dos partidos, independentemente das matizes e das orientações ideológicas, tiveram o momento importante de respeito que espera a sociedade brasileira. E aí se jogou por terra aquilo que seria a obra mais perversa contra, repito, a consolidação, o processo de consolidação da nossa jovem democracia. A democracia é assim mesmo. Ela prega peças, mas surpreende.

Quero dizer que estão de parabéns os parlamentares que não se dobraram à manobra espúria perpetrada na calada da noite pelo Sr. Eduardo Cunha.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Prorrogado o Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana, que nesta legislatura tomou gosto pela tribuna e dela é frequentador assíduo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, imprensa, todos os que nos acompanham das nossas Galerias e na TV Assembleia, subo a esta tribuna, na tarde desta quarta-feira, mais uma vez para ser a voz do Vale do São Francisco nesta Assembleia Legislativa.

Na semana passada, fiz alguns questionamentos sobre a ausência do governo do Estado em nossa região. Disse que precisamos de investimento na área de infraestrutura, de uma atenção especial na segurança pública, e falei também sobre a situação da saúde pública no município de Juazeiro e região.

Preocupado estava, na semana passada, com o Hospital Regional de Juazeiro, que contava com a administração do IMIP, o qual tinha, e tem, o respeito dos médicos e dos funcionários. O mesmo IMIP que chamava atenção do governo do Estado para que pudessem rever o contrato, deputado Robinho, com o Hospital Regional de Juazeiro, pois o IMIP afirmava que os recursos repassados eram insuficientes para uma gestão de qualidade.

O que foi feito, deputado Carlos Geilson, por parte da Sesab e do governo do Estado da Bahia? Fizeram agora uma dispensa de licitação. Um contrato emergencial para administrar o maior hospital da região do Médio São Francisco, o Hospital Regional de Juazeiro. O instituto conhecido como IPMICA, vencedor do contrato emergencial para administrar o Hospital Regional de Juazeiro pelo período de 6 meses. Uma bagatela de R\$ 22,3 milhões.

Obviamente, se fui votado naquela região, procurei saber se o IMIP, que administrava o Hospital Regional de Juazeiro, atendia às expectativas do corpo de funcionários, deputado Herzem, e eles me diziam que atendia. Mas suspenderam o IMIP e agora trouxeram essa nova empresa para administrar, em caráter emergencial, o Hospital Regional de Juazeiro.

O nome é Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Castro Alves. Vinte e dois milhões de reais, em caráter emergencial, para administrar o Hospital Regional de Juazeiro. Procurei me informar que empresa é essa, onde presta serviço, e aí encontrei. Ela presta serviço na cidade de Itaberaba. Mas lá já houve uma audiência pública por parte dos vereadores questionando a administração do hospital de lá. A empresa presta serviço no Hospital Nossa Senhora do Bonsucesso. Vejam a manchete: “Sem receber salários, cerca de 50 funcionários do Hospital Nossa Senhora do Bonsucesso, a Santa Casa de Misericórdia de Cruz das Almas,

paralisaram suas atividades na quarta-feira do dia 26”.

Quero dizer a esta Casa Parlamentar que o Hospital Regional de Juazeiro atende a mais de 50 cidades do Médio São Francisco. A Sesab e o governo do Estado são os responsáveis para que o Hospital Regional de Juazeiro funcione da melhor maneira possível. Afirmando, desta tribuna, que estarei vigilante por todo o tempo para saber se o Hospital Regional de Juazeiro funcionará como o povo merece. O contrato emergencial, no valor de mais R\$ 22 milhões para gerir o maior hospital do Médio São Francisco, tem de ser tratado com muita responsabilidade.

Se em Itaberaba, deputado Carlos Geilson, os vereadores já fizeram uma audiência questionando o bom funcionamento dessa empresa, em Castro Alves, da mesma maneira, sinceramente, espero que a história seja diferente no Hospital Regional de Juazeiro. Estaremos vigilantes, por todo o tempo, para que o hospital regional funcione da melhor maneira possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Prorrogado o Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido deputado Carlos Geilson, Srs. Deputados, servidores, imprensa, minha querida deputada Luiza Maia, primeiro quero dizer que ontem presenciei um debate no plano nacional sobre a reforma política que não ajuda o jogo da política nacional. A sociedade esperava, obviamente, que saísse dali uma proposta de uma reforma que ampliasse... Fiquei até com receio, deputado Reinaldo Braga, de passar aquele chamado “distritão” e acontecer um retrocesso do que existe hoje do ponto de vista do regramento da política nacional.

Ouvi aqui, quero dizer aos meus pares, aqui na frente, e V.Ex^a falou de Itapetinga, deputado Fábio Souto, ouvi aqui o seu pronunciamento. Quero dizer que faço política madura, na qual as ideias permeiam, respeitando os colegas, em detrimento das disputas particularizadas e localizadas. Respeito e já conversei com V.Ex^a sobre o problema da Azaleia: não é uma vontade do governo. No governo do ex-deputado Paulo Souto, foi dado um abatimento de 93% do ICMS para atração da Azaleia. Para que a empresa se mantivesse aqui, nosso governo ampliou, para 99,5%, o abatimento, a fim de evitar uma situação de insolvência da companhia. Junto com o governador Jaques Wagner, fomos ao BNDES na tentativa de criar as condições para que a Azaleia não entrasse num colapso financeiro.

Então, na realidade, é muito maior o problema do que apenas a vontade política de manter a Azaleia em Itapetinga. É lógico que quero que a Azaleia se mantenha nessa cidade, mas estamos fazendo um pouco mais do que se colocou aqui. Nós fomos a São Paulo e atraímos a Lia Line, fomos a Santa Catarina e trouxemos a Bárbara Krás, novamente de Santa Catarina trouxemos mais uma empresa que iniciou, no dia 18. na região de Itarantim. Ou seja, não adianta ficar com uma única

empresa. É lógico que gostaríamos de ter uma empresa grandiosa, com 22.000 empregos, como quando eu trabalhava no Polo Petroquímico de Camaçari. Eram 22.000 empregos diretos; hoje o Polo tem 4.600 empregos diretos. E a responsabilidade é de quem? É do ex-governador Paulo Souto, do ex-governador Jaques Wagner e do governador Rui Costa? Não podemos tratar isso dessas forma.

Deputado Herzem, não faço política personalizada, queria que V.Ex^a compreendesse que isso aqui é uma relação diária das nossas particularidades e ideias. V.Ex^a tem uma mania de tentar colocar, no front, o deputado Zé Raimundo, porque será seu adversário nas eleições de Vitória da Conquista. O deputado Zé Raimundo é um gentleman, uma pessoa reconhecida como extremamente ético, qualificado, de primeira linha, nunca levantou aqui para falar nem utilizar o tipo de pronunciamento de V.Ex^a, que utiliza colocações dele em seu programa de rádio, em Vitória da Conquista. Isso não é ético e não é da boa política.

V.Ex^a tem tentando, o tempo inteiro, aqui, falar de mim. Citou, há pouco, no site Política Livre, o que eu disse com relação à questão de Itapetinga. Eu disse a Raul que era mentirosa a sua declaração, porque, em momento algum, fui contrário a que se fizesse audiência pública. Eu falei que não fazia sentido realizar uma audiência pública, neste momento, e que deveríamos visitar Vitória da Conquista, Itapetinga e chamar aqui o reitor para analisarmos as condições, fazermos algo bacana. E esse sonho nunca foi o de V.Ex^a, que veio conhecer Itapetinga depois que Michel Hage lhe apoiou lá. Esse sonho é de Itapetinga e de seus moradores que sempre quiseram uma escola de Medicina Veterinária ...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): - Para concluir, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) Não tivemos condições, desde a época do ex-governador Paulo Souto, passando pelo ex-governador Jaques Wagner e agora com o governador Rui Costa.

Então, não me venha aqui falar do que V.Ex^a não conhece. Ou seja, quero dizer que precisamos tratar essas questões de forma política e respeitosa. Respeite-me da forma como respeito V.Ex^a e a todos os deputados, porque teremos uma grande convivência. Não pense que é o seu tamanho ou o meu tamanho que fará a diferença nas nossas relações.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra pelo tempo de até 5 minutos o deputado Luciano Ribeiro, que é de Caculé, cidade localizada a 782 Km da capital com população de, aproximadamente, 25.000 habitantes.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu não poderia iniciar as minhas palavras, nesta tarde, sem me solidarizar com o colega Herzem Gusmão pelas ofensas aqui sofridas, as quais considero injustas. O deputado Herzem Gusmão, que sempre teve independência na condição de jornalista e de político, vem a esta tribuna expor as suas ideias e defender o seu povo. Nesta

Casa, não pode Herzem Gusmão, ou qualquer outro deputado, ser policiado e maltratado por um colega como aqui ele foi nesta tarde, que considero negra para a relação entre nós, parlamentares.

Não se pode, meu caro Rosemberg Pinto, tratar um colega com palavras – assim penso eu, que nunca os tratei, nem os tratarei com determinadas palavras –, da forma como V.Ex^a tratou o colega Herzem Gusmão. Essa é a minha opinião. Penso que, talvez, o destempero que levou V.Ex^a a tratá-lo assim tenha sido fruto da falta de argumentos para defender aquilo que o nobre colega Herzem Gusmão colocou como defesa do seu povo, da sua terra, do seu mandato e dos seus ideais.

Mas senhoras...

O Sr. Rosemberg Pinto:- É o advogado!

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Estou fazendo o papel do advogado de defesa, porque trago, meu caro Rosemberg Pinto, no meu DNA não o DNA do libelo, mas o DNA da defesa. Sempre defendi as injustiças, e, aqui, nesta Casa, defenderei o povo e também os colegas.

Senhoras e senhores, ontem, aqui estive falando daquilo que considero estar sendo uma triste passagem do governo que vem destruindo a nossa Bahia. Vejo que, depois do meu discurso, outros tantos e brilhantes oradores passaram por esta tribuna com uma oratória, meu caro Robinho, magnífica, defendendo o governo, mas constato, meu caro Adolfo Viana, que a mera retórica não vale na vida pública. As palavras e os discursos precisam ser concretizados. E o que vejo? Vejo aqueles que aqui, delinearam, que passaram por esta tribuna, após a minha fala, defender um governo que fala tão mal da terceirização e da precarização do serviço. O governo que eles representam nega aquilo que falou na campanha, ou seja, que iria fazer concurso, que iria valorizar os funcionários, transformando o PST em REDAs, ou seja, precarizando a rede de educação na Bahia. O discurso não corresponde à realidade. O seu discurso não corresponde aos seus atos.

Vejo, hoje, a declaração do presidente do CNI – Confederação Nacional das Indústrias –, dizendo aquilo que é sentimento de todos, que todos nós entendemos o caos nas finanças do País, que todos nós não fomos os culpados, mas temos a responsabilidade de reerguer este País, de participar, de darmos a nossa parcela de sacrifícios. Contudo, o que assistimos é um governo que fala tanto em diálogo, que fala tanto em ouvir as bases, mas que não ouviu a indústria, não ouviu o setor produtivo, não ouviu a agricultura, não ouviu aqueles que realmente produzem no País e querem dar a sua cota de sacrifício. Aí, o governo joga o peso nas costas dos trabalhadores, dos que produzem neste Brasil. Por isso, peço e quero que as palavras dele aqui reproduzidas passem de meras retóricas. Quem falou tem de cumprir!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Valeu, deputado Luciano Ribeiro.

Atenção, Nova Viçosa! Cidade com mais de 35 mil habitantes, entrada para o Arquipélago dos Abrolhos. Com a palavra o deputado Robinho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Meu presidente, 45 mil habitantes.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Preciso atualizar, então. Aumentou, hem?

(Risos!)

O Sr. ROBINHO:- Boa-tarde.

Amigos, colegas deputados, minha querida deputada - simpática e muito concentrada ali em suas anotações, nem está ouvindo o que os deputados falam; não é, deputada? (Riso!) - amigos das Galerias, jornalistas aqui presentes, ouvintes da TV Assembleia, às vezes nós assumimos a tribuna para criticar. Às vezes, temos oportunidades de elogiar. Neste momento quero elogiar o secretário de Infraestrutura, o grande Marcus Cavalcanti, pelo trabalho que vem realizando à frente da Secretaria. Também parabenizo o diretor da SIT, Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia, Saulo, que era do Derba.

Por que parabenizá-los? Porque estivemos com representantes políticos do Extremo Sul, onde conclamamos reivindicações, e, mesmo com as dificuldades do governo em relação aos recursos, o Saulo liberou para lá, especificamente para a BA-290, que liga Teixeira de Freitas a Medeiros Neto, a massa asfáltica do Estado. O prefeito de Itanhém, “Bentivi”, juntamente com funcionários da Prefeitura e empresários regionais, fez o uso do produto liderando a operação tapa-buracos daquela estrada.

Diferente do que aconteceu com a BA-493. O nosso amigo Saulo também liberou a massa asfáltica, um pedido de Gleison, líder político em Castro Alves. O prefeito da cidade, Sr. Clóvis Rocha, assumiu o compromisso de fazer com os funcionários da Prefeitura a operação tapa-buracos.

E veja bem, presidente, o que aconteceu. O Estado liberou a massa asfáltica, e o produto está guardado no depósito da Prefeitura há mais de um mês. O prefeito assumiu o compromisso de realizar o trabalho, um trabalho de grande importância para aquela estrada, que liga toda a região, mas ele não foi realizado.

Que irresponsabilidade do prefeito de Castro Alves! Recebeu a massa asfáltica, e não realizou o serviço que foi assumido com a região!

Aproveito a oportunidade para parabenizar também a Suzano Papel e Celulose. Ontem tive a satisfação de participar, no Ministério Público do Trabalho, de uma reunião com a diretoria da empresa, representando o Extremo Sul da Bahia, reunião em que a Suzano doou uma área de mais de 20 mil metros quadrados e mais uma doação de R\$ 2 milhões para que naquele polo, no grande polo de Teixeira de Freitas, possa ser construído o Sesi/Senai.

Então, quero parabenizar a atitude da Suzano por liberar o terreno e recursos

para a construção do Sesi/Senai na cidade de Teixeira de Freitas, que vem criar cursos profissionalizantes, cursos técnicos, para os moradores do Extremo Sul.

Parabéns a essa atitude da Suzano Papel e Celulose.

Muito obrigado pela oportunidade e um abraço a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Robinho.

Agradecemos a visita de estudantes da Escola Municipal Osvaldo Gordilho, do bairro de São Cristóvão. (Palmas.)

Obrigado às professoras e professores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O próximo orador é empresário do ramo de comunicação, neto de ex-governador, filho de ex-deputado federal, primeiro-secretário nesta Casa, possível candidato a prefeito da cidade de Jequié, nobre deputado Leur Lomanto.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Meu caro amigo, presidente Carlos Geilson, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, confesso que me causou estranheza, aqui, na tarde de hoje, o discurso do meu caro amigo deputado Rosemberg Pinto. Estranheza porque conheço o deputado Rosemberg, tenho-o como amigo. Entendo que ele realmente se exaltou e usou palavras que não deveriam ser usadas, ainda mais se tratando de pessoa da honradez, do caráter, da dignidade do deputado estadual Herzem Gusmão.

Mas acho que na política tudo tem uma solução. E ao conversar, tanto com o deputado Herzem quanto com o deputado Rosemberg, constatei que o motivo dessa celeuma foi a realização de uma audiência pública para discutir a Universidade do Sudoeste da Bahia e a implantação dos cursos de Odontologia em Vitória da Conquista e de Medicina Veterinária em Itapetinga.

Ora, acho que esse assunto, deputado Rosemberg e Sr^{as} e Srs. Deputados, é de extrema importância, e não vejo por que não trazer essa discussão e a audiência pública para esta Casa.

Não tenho dúvida, deputado Herzem, de que, se houve, por qualquer motivo, essa solicitação da audiência pública que não foi aprovada na comissão, acho que não chegou nem a ser votada, pela informação que obtive, cabe aos deputados da comissão e a todos os parlamentares votar a favor, porque o que queremos é discutir esses graves problemas que vêm enfrentando as universidades estaduais da Bahia, que, por sinal, estão completamente abandonadas, sucateadas, sem nenhum tipo de estrutura adequada para o seu funcionamento.

Seria um grande momento. Eu conversava com o deputado Rosemberg, que disse ser a favor, deputado Herzem, de vir aqui e trazer essa discussão solicitada por V.Ex^a, e aí se quebra esse assunto, se encerra essa pauta e vamos discutir os assuntos que são do interesse da Bahia, de Vitória da Conquista, de Itapetinga, que é o que o Parlamento quer e que a população necessita.

Acho que o deputado Rosemberg – e eu faço aqui um apelo a V.Ex^a – é um deputado atuante, respeitado, e me assustei com o teor do seu discurso, porque não é praxe do deputado fazer esse tipo de pronunciamento.

Tenho certeza de que logo após o meu pronunciamento isso será uma página virada neste Parlamento e estaremos aqui defendendo os interesses de Vitória da Conquista, Itapetinga, eu, de Jequié, da nossa região, que é o que a sociedade e a população da Bahia esperam dos parlamentares.

Mudando de assunto, Sr. Presidente, já que dediquei boa parte do meu pronunciamento a esse tema, eu gostaria somente de fazer um registro com relação à situação que vem atravessando a segurança pública da minha querida Jequié. Ela sempre teve entre as suas características ser uma cidade pacata, sem esse grave problema da violência, que ao longo destes últimos anos vem crescendo assustadoramente. Acontece lá assalto a banco, assassinato, tráfico de drogas, o que não é diferente em toda a Bahia. Mas Jequié não tinha, entre as suas características, esses principais problemas.

Desde 2006, quando cheguei a esta Casa, venho defendendo a instalação de uma Companhia de Polícia especializadano município, a exemplo de Vitória da Conquista, que já tem a sua, assim como Itabuna, Feira de Santana. Infelizmentea minha Jequié não possui um batalhão especializado, o que sem sombra de dúvida seria muito importante no combate à criminalidade.

Eu me surpreendi, deputado que ora preside esta sessão, Carlos Geilson, com as notícias de que Jequié ia perder aCompanhia de Polícia Especializada para a cidade de Jaguaquara. Ora! Isso não tem nenhum sentido, pois Jequié tem quase 180.000 habitantes e compõe uma região do Território Rio de Contas com mais de 20 municípios. Então, realmente não tem sentido nenhum a minha querida cidade perder a Companhia de Polícia Especializada para Jaguaquara. Nada contra essa cidade. O que falo é devido à posição geográfica, ao tamanho e à importância que Jequié tem no cenário político e econômico do nosso Estado.

Mas a notícia que nos chega é que essa tem sido uma imposição do vice-governador João Leão, o qual já definiu que, se for instalada a Companhia, ela vai ter de ir para Jaguaquara porque é a terra onde ele tem prestígio político. Deputados Cacá Leão e Aderbal, que são amplamente majoritários no município, não tenho nada contra Jaguaquara, mas estamos pleiteando isso desde 2008. E não faz sentido nenhum Jequié perder essa Companhia de Polícia Especializada.

Espero que prevaleça o discurso do governador Rui Costa neste Parlamento, onde disse que iria prestigiar Jequié não pela sua população, mas sim por ser a terra da sua esposa, a primeira-dama Aline.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Colabore com a presidência e conclua, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Ela é lá da cidade.

Então, espero realmente que essa questão seja resolvida, que a população

jequieense seja respeitada e Jequié receba asua Companhia de Polícia Especializada.

Muito obrigado pela sua tolerância, meu nobre e querido deputado-presidente defensor de Feira de Santana neste Parlamento e futuro prefeito da cidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Amém! Que assim seja!

O próximo orador é natural de Xique-Xique, 75 anos de idade, quase 54.000 votos no último pleito, está no 9º mandato, é médico por formação, a enciclopédia da Casa. Esta fonte inesgotável de sabedoria foi presidente do Poder Legislativo e é bom sempre ouvi-lo. O deputado Reinaldo Teixeira Braga, por 5 minutos.

O Sr. REINALDO BRAGA:- O presidente já fez o discurso por mim, viram? Já fez a minha biografia aí.

(Risos!)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, chego a esta tribuna para tratar de um assunto que já foi ventilado aqui, a reforma política. Evidentemente o tempo de 5 minutos não dá nem pra começar, mas o que quero dizer é que a expectativa que se criou com a reforma política foi muito grande, e os resultados não têm ido nessa direção, pelo menos, ontem. Hoje continua; amanhã, também.

Estou vendo que o grande jornalista decano Tasso Franco está prestando atenção. A impressão que tenho, deputado Aderbal Caldas, V. Ex^a que também é um entusiasta nesse assunto, é que os políticos perderão o discurso. Se continuar como está, como está andando essa reforma política, se hoje for igual a ontem e amanhã igual a ontem também, perderemos o discurso. Se você perguntar a qualquer deputado, a qualquer prefeito, a qualquer vereador, a qualquer governador se eles são a favor da reforma política, todos dirão: “somos”. Isso é voz geral. Na hora de votar, não há consenso e não há proposta. Voto de lista? Não serve. Voto distrital? Não serve. Distrital misto? Não serve. Distritão? Não serve. Distritão misto? Não serve. Então, serve o atual. Logo, ninguém é a favor da reforma política.

O que diremos agora para a imprensa, quando conversarmos com Tasso Franco e com outros? Você é a favor da reforma política? Não. Nós não temos proposta. A Justiça fará a reforma política por nós, como já faz há muito tempo, a exemplo da verticalização, do número de vereadores, da cláusula de barreira... O Supremo decidirá agora sobre o financiamento de campanha. Nós não decidimos, o Supremo decidirá. O que quer dizer isso? Que o Congresso não está cumprindo com o seu dever, com as suas atribuições, com as suas prerrogativas.

Sente-se, discuta 1 ano, 2 anos, chegue a um acordo. Fim das coligações, passa ou não passa? Distritão acaba com os partidos, Distrital da mesma forma, é o que se comentava ontem. Fim das coligações fortalece o partido, porque você votará naquele partido, naquele número. No sistema atual, o partido elege número suficiente de acordo com o coeficiente eleitoral, com os votos de legenda que o partido teve. Passa? Não sei. Coincidência de mandatos, todo mundo quer. Passa? Não sei. Fim da

reeleição, 99% dos políticos querem, parece! Passará? Ninguém sabe. Na minha visão, se depender de emenda constitucional, que tem quórum qualificado de 3/5 dos membros do poder da Câmara, acho difícil passar qualquer coisa. Não é impossível, mas é difícil.

Conversei, deputado Fábio Souto, três vezes com o relator da comissão especial criada para esse fim na Câmara, o deputado Marcelo Castro. Ele me adiantou há cerca de 5 ou 8 dias: “Reinaldo, vai ser difícil passar alguma coisa – vai ser difícil -, mas acho que nos cabe reunir forças, reunir entendimentos, ter conversações mais profundas para que a gente possa chegar a um denominador comum. Não pode continuar desse jeito, todo mundo é a favor e ninguém é a favor e nem contra. Não é a favor nem contra. Por que não é contra? Porque ele vota a favor do distrital, outro vota a favor do distrital misto, outro vota a favor do distritão. Então, essa coisa tem que ser melhor pensada para que possamos produzir algo para a sociedade”.

Do jeito que está é bom? Eu lhe confesso que há muita coisa boa que precisa ser melhorada, até sem mudar. Por exemplo, essa questão do sistema eleitoral do jeito que está, se acabarem com as coligações melhora muito, fortalecendo os partidos. Mas os partidos menores querem? Talvez não.

Então, acho que é um assunto de importância sensível, acho que devemos debruçar-nos mais ainda sobre isso para, se não resolver agora, tentar resolver em outra oportunidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos. Logo após, a deputada Fátima.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero fazer um elogio, embora não concorde com seus pensamentos e as teses que ele defende, ao presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha, que teve a coragem de colocar a reforma para votar. E aí é que vemos que cada um defende o que melhor lhe convém, e cada um olha para o seu umbigo.

O PT defende voto em lista fechada, pois é um partido que tem um número forte, conhecido, e seria “beneficiado” por esse sistema; o PSDB, o voto distrital misto, porque entende que o contempla; o PMDB, que tem, basicamente, os políticos mais ricos no Congresso, defende o distritão, em que os mais votados serão os beneficiados pelo poder econômico; as minorias defendem o sistema que está aí. Então, cada um olha para o seu umbigo.

O presidente da Câmara defendeu o distritão e perdeu. Nenhum sistema colocado em pauta ontem teve maioria, prevalecendo o sistema que está aí. O que nos foi apresentado, o que nos contempla é justamente o que está aí. Há distorção? Há, mas talvez seja o que apresenta menor número de distorção, menos incongruência.

Com o distritão, que a sociedade até aprova, mas enfraquece os partidos, as

eleições passam a ser majoritárias para vereadores, deputados estaduais e federais, em que os mais votados são eleitos, e as minorias, aqueles que sonham um dia chegar ao Parlamento, são varridas, excluídas.

No voto em lista, o eleitor deixa de votar no candidato, e ele gosta de votar no candidato. Se se perguntar à maioria do eleitorado ela vai dizer que gosta de votar no candidato tal, mesmo que esteja num partido que não lhe agrada. Ele gosta de dar o voto individual.

Sabemos que a democracia custa caro. Qual o modelo de financiamento? O público? O privado? O público/privado? Não se faz democracia sem custo, a não ser que estejamos numa ditadura. O financiamento público, num País que corta, agora, investimentos importantes na saúde, na educação, na mobilidade, como tirar dinheiro desses cofres combalidos da União para financiar as campanhas? Seria o ideal pelo barateamento, mas, por outro lado, vamos tirar dinheiro de postos médicos, de hospitais, da educação para financiar as campanhas.

Ora, o financiamento empresarial, subentende-se que o eleito atenderá a interesses superiores daqueles que o ajudam em suas campanhas. É um fato. Mas alguém tem que bancar esse custo. E quem deve bancar? O Erário? As empresas? Alguém tem que bancar o preço da democracia.

Então, estamos diante de um caminho que cada vez mais vai estreitando e não chegamos a uma definição de qual o melhor modelo. E vamos ficar, talvez, dependendo de uma regulamentação do STF.

Mas o presidente da Câmara teve a coragem de colocar para votar. E nós vimos perfeitamente que todo mundo que clama, que reclama por reforma política, na hora do voto o faz de acordo com o seu interesse. Ora, se eu estivesse lá como deputado eu votaria no pleito, no sistema eleitoral que melhor me contemplasse, não seria hipócrita de votar em um sistema que dificultasse a minha eleição. É assim que todos votam. E é por isso que não se chega a um denominador comum, porque cada um olha para o seu umbigo.

O partido de V.Ex^a, deputado Rosemberg, está olhando para o próprio umbigo. O PSDB, a mesma coisa. O PMDB... E é por isso que não sai a reforma que todo mundo quer, porque a reforma que cada um quer é a que melhor lhe contempla, mas a que lhe contempla não contempla o outro.

Então, vamos continuar como está. Talvez seja melhor do que incorrermos em equívocos, em mudanças radicais. Mudar por mudar, é melhor continuar como está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra a nobre deputada Fátima Nunes, pelo tempo de 5 minutos. Logo após, o deputado Pablo Barrozo.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, taquígrafas, imprensa, todos aqueles que nos assistem neste momento, conforme o

combinado, o tempo é curto, então, vou fazer apenas alguns registros importantes.

Hoje, pela manhã, na Comissão de Direitos da Mulher, recebemos nossa secretária Olívia Santana, que fez a apresentação do seu plano de trabalho para dar continuidade a essa secretaria tão importante, que luta, que trabalha para assegurar os direitos das mulheres, inclusive apresentando os projetos, os planos que serão incluídos no PPA - Plano Plurianual.

Fiz questão de dizer na sessão de hoje da Comissão que eu a dedicava ao empoderamento das mulheres. Registro esse empoderamento em nome da nossa presidenta Dilma. A revista Forbes, em suas pesquisas, seus estudos, apontou a presidenta Dilma como a sétima mulher mais poderosa no mundo, e a primeira na América Latina. Isso é um orgulho para todas nós, e é importante que cada uma faça disso uma motivação para continuar na vida política, porque a nossa ação política não é apenas para defender ou zelar prioritariamente pelos direitos que muitas vezes nos são negados e precisamos todos os dias lutar para assegurá-los. Mas a nossa ação na política é uma ação transformadora para o bem de toda a sociedade.

Portanto, ficamos muito satisfeitas com a participação da nossa secretária e também com esse importante olhar mundial para a nossa presidenta Dilma.

Queria também registrar que essa ação da presidenta se faz ver pelos notórios trabalhos e ações que desenvolve em prol do nosso Brasil. E eu, que sou uma militante histórica da luta pela água, contra a seca, que já carreguei água em balde, que já botei jerico, carregando barris, para andar 2, 3 quilômetros de estrada em busca de um pouco de água para salvar vidas, agradeço à presidenta Dilma a parceria com o governador do Estado da Bahia, antes com Wagner e agora com o governador Rui Costa, que dá continuidade ao Programa Água para Todos. Água que, muitas vezes, por sua escassez é motivo de morte, de dificuldades, às vezes de atraso na economia. Mas a água, se não for bem zelada, bem cuidada, bem planejada é também motivo de sofrimento, de morte, como foi nas semanas anteriores aqui, na capital.

Por isso que quero dizer que neste mês de junho ainda estaremos tratando da sessão especial que será sobre o tema específico da água.

Mas, a minha alegria em ressaltar o nome da presidenta Dilma, nesse momento, é porque hoje nós temos ao lado das casas, das famílias, um milhão e cem mil cisternas construídas, ou seja, um milhão e cem mil mulheres do nosso Nordeste e a Bahia foi contemplada com a maior parte, por conta do tamanho do nosso Semiárido. Então, essas mulheres que têm água nas torneiras e ao lado da casa deixaram de passar por aquele sofrimento e agonia de viver com a lata d'água na cabeça e muitas vezes não sabendo onde ir buscar nos tempos de escassez. Portanto, esse é um registro importante que eu queria fazer.

E acompanhar amanhã o governador Rui Costa na cidade de Valente, onde também ele vai assinar, vai dar ordem de serviço para a continuidade da construção dos barreiros, das pequenas barragens, para que no semi-árido tenhamos água para a produção, para consumo e mais, trabalhar com as mulheres as hortas de quintal, porque hoje pela lei, 30% da merenda escolar deve ser comprada dos produtos de

agricultura familiar.

Ora, se plantarmos só no período do inverno, naturalmente, no verão não teremos produtos para oferecer nas feiras, nos mercados, inclusive, na merenda escolar. Mas, se também tivermos água no período do verão, nesses barreiros, nessas barragens, nas cisternas de produção, teremos melhores condições de continuarmos vivendo no campo com dignidade, tendo uma vida mais confortável, e não será mais preciso lata d'água na cabeça, nem mendigar sacola de comida nas portas dos políticos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Aderbal Caldas, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nobre deputado Reinaldo Braga na sua vasta experiência focalizou um assunto que está em pauta, que é a reforma política, que considero bastante complexa e que tenho pouca esperança de que haja realmente qualquer reforma.

Sou contra o financiamento público de campanha, porque eu perguntaria: Quais os mecanismos que temos para identificar aquele dinheiro que de maneira criminosa, clandestina não é dado em cheque nem transferido para conta? Como podemos identificar? Alguém vai dizer, vai ser crime. Não, já é crime hoje, e nós continuamos sendo vítimas. Eu, o deputado Reinaldo e tantos outros que temos a nossa estrutura política historicamente já consolidada, vez por outra vemos subtrair, porque não temos fôlego financeiro para competir com certas pessoas que investem profundamente nas campanhas políticas.

Então, se houver um financiamento público de campanha gastaremos o dinheiro que é da educação, da saúde, das estradas... O dinheiro será gasto na política e continuará havendo o mesmo investimento do dinheiro, clandestinamente, porque não sei qual a maneira que podemos rastrear e identificar esse dinheiro.

O Senado por exemplo votou contra as coligações. O Senado é aquele tipo de que quem não participa do jogo, não pode ditar regras, na realidade não depende de coligações. Lá não é uma eleição proporcional. É uma eleição majoritária de senador.

A Câmara Federal é onde os partidos menores têm suas representações, e eles consideram inconveniente se acabarem as coligações porque sucumbirão asfixiados. Não poderão eleger deputados sem coligações. Então, o que é bom para um é ruim para o outro. Acho que deveria, meu caro deputado Reinaldo Braga, ser formada uma Comissão de juristas especialistas em Direito Eleitoral para fazer duas propostas, porque tem de haver uma mudança. Ou uma ou outra. Se tal Colegiado elaborar duas propostas sensatas e juridicamente perfeitas, aí sim teria de haver uma mudança. Se colocasse em votação, teria que ter, não é? Haveria duas propostas. Ou uma ou outra venceria. Seria a única maneira de termos mudanças, porque precisamos de fato ter.

Sobre a proliferação de partidos, tenho a tendência de ser a favor dos menores, dos pequenos. Isso é uma vocação minha, mas realmente a proliferação de partidos está exagerada. Está exagerada! Tem certas consequências. Muitas vezes o candidato está com um bom desempenho nas pesquisas num determinado município, e um presidente pode ser subornado, porque o sistema político nosso - brasileiro - é presidencialista. Não é colegiado. O presidente sozinho destitui a Comissão provisória em determinado município, e aquele candidato que está com um bom desempenho corre o risco de ter a frustração de não poder nem disputar a eleição.

Vejam como é complexo o assunto. Então o distritão, certamente, se houvesse uma consulta plebiscitária, o povo em sua esmagadora maioria optaria, porque ele não se conforma, fica inconformado se o candidato em que votou tiver mais votos, mas perder para outros candidatos com uma votação menor elegerem-se.

Portanto, o eleitor, ao ser consultado, por certo optaria pelo sistema distritão para eleger os candidatos mais votados, estivessem onde estivessem, em qualquer partido. Essa é a vocação do eleitor que nós sentimos quando conversamos. Ele acha justo. De fato, é justo. Certamente nada é injusto porque, quando a regra é recíproca, não há injustiça. Mas há inconvenientes.

Findo o meu tempo, o meu conceito é este. A minha análise é esta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Agradeço a participação do deputado Aderbal Caldas.

Questão de ordem do deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- O acordo é para a prorrogação do Pequeno Expediente. Não tem mais nenhum deputado inscrito. Solicito uma verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Aceito a questão de ordem de V.Ex^a.

Não havendo quórum para a continuidade da presente sessão, declaro encerrados os trabalhos na tarde de hoje.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*